ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGA

Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil

ACTA Nº 19

Ao terceiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu no Auditório do Edifício da AGERE, na Praça Conde Agrolongo, nº 115, na cidade de Braga, a Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil da Assembleia Municipal de Braga, convocada nos termos do disposto no artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente, Joaquim Barbosa, com início pelas 18.30 h, com a seguinte Ordem de Trabalhos:---------- 1. Apresentação, pela Sra. Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Eng. Alexandra Carvalho Roeger, dos objetivos da empresa para o ano de 2025;----------

2. Ponto de situação sobre o financiamento e construção da Etar de Este;----------

3. A atividade prevista pela Agere quanto à varredura no concelho – estratégia para a utilização de meios mecânicos;----------

4. Recolha de bio resíduos – ponto da situação;----------

Esta reunião realizou-se em conjunto com a Comissão Permanente de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo em conjunto com a Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, presidida pelo Prof. João António de Matos Nogueira e contou a presença de convidados como sejam, a Senhora Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Eng. Alexandra Roeger e dois elementos do mesmo Conselho de Administração, a Engenheira Paula Campos e o Dr. Jorge Silva.----------

Estiveram presentes os seguintes membros da Comissão:----------

Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, pelo PSD. ----------
Maria do Pilar de Araújo Teixeira, pelo PSD. ----------
José Raúl Oliveira Rodrigues em substituição de João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, pelo PSD.----------

Natacha Sofia Miranda Fontes, pelo PSD ----------

José Pedro Pires Machado pelo PS.----------

Catarina Lourenço Ribeiro, pelo PS.----------

Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, pelo PS.----------

Pedro Afonso Teles em substituição de Bruno Gonçalves Alexandre Rocha Gonçalves, pelo PS.----------

Daniel Fernandes Pinto, pelo CDS/PP----------

João Jorge Ferreira Batista, pela CDU.----------

Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, pelo PPM.----------

António Meireles de Magalhães Lima em substituição de Sandra Cristina Andrade de Carvalho, pelo BE----------

Tiago Jorge Monteiro Teixeira, pelo PAN.----------

Faltaram à reunião:

Fernando Silva Alberto Oliveira da Costa e Silva, Presidente da UF Escudeiros e Penso, pelo PSD. ----------

João da Silva Oliveira, pelo Grupo Independente das Freguesias----------

Iniciou esta reunião o Presidenta da Comissão de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo em conjunto com a Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, João Nogueira, que cumprimentou os presentes e de forma especial cumprimentou e agradeceu a participação da Sra. Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Alexandra Roeger que fará hoje uma apresentação de si própria e dos objetivos deste ano que nortearão a intervenção da AGERE. De seguida refere que iniciará a apresentação da reunião o Dr. Joaquim Barbosa, Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, em representação dos dois presidentes destas Comissões. Assim, Joaquim Barbosa aponta como objetivo, a possibilidade dos deputados conhecerem a nova presidente da AGERE, os seus objetivos e projetos para 2025, a eventualidade de abordagem a alguns temas importantes deste ano de 2025, a questão da varredura que tem sido desenvolvido a nível da Assembleia Municipal. Segue-se também a questão, até por sugestão mais específica de João Nogueira da recolha dos resíduos, sendo importante o

melhor esclarecimento ao assunto. Um outro assunto que tem vindo a ser abordado mais recentemente relaciona-se com a aquisição dos terrenos da ETAR. Da informação fornecida foi-nos dito que os terrenos ainda estão na posse de privados, com o Presidente a dizer que para já, ainda está em negociações com os seus proprietários. De seguida passa a palavra ao João Nogueira para dar continuidade à reunião.

João Nogueira reforça alguns aspetos abordados pelo Joaquim Barbosa. Evidencia que temos uma presidente nova numa empresa de importância estratégica para o concelho e que é importante conhecê-la, perceber que ideias tem relativamente a uma empresa que não conhece há muito tempo, mas que continua a descobrir e que dinâmicas quer imprimir. Pretende-se também saber que alterações devem fazer ou não e qual será o futuro desta empresa. Sabe-se que para nós, sob o ponto de vista da política e do futuro da empresa, é importante perceber o que pensa a Presidente do Conselho de Administração sobre esta empresa que vai administrar. E depois, recapitulando os assuntos dizer que a ETAR, como se sabe, é um processo urgente, mas que tem vindo a sofrer algum atraso, embora não por parte da própria empresa e que queremos perceber exatamente isso também. Temos depois uma segunda questão, que é a recolha dos resíduos, um processo que já devia estar no terreno e ainda não está. O que nos foi dito há ano e meio é que devia haver uma experiência piloto experimentalmente, numa determinada área. Depois também temos que perceber o que é que se passou na Póvoa de Lanhoso e o que é que pensa a presidente do Conselho de Administração disto e porque é que ainda não foi estendido, a todo o concelho, a experiência que foi levada numa parte do território do mesmo. Ainda, uma outra questão que é importante e que nos tem levado a algum debate na Assembleia Municipal e que tem a ver com a limpeza e higiene pública, vulgarmente também no seu aspeto de varredura. Este é um assunto que tem levantado algumas questões, nomeadamente com algumas juntas de freguesia, no que se relaciona com a utilização dos meios mecânicos e sobretudo sobre os critérios que vão motivar a sua utilização. Já passou algum tempo desde que esses meios mecânicos foram comprados e, portanto, a recolha que tem sido feita naturalmente leva-nos a que este assunto, também por parte da senhora Presidente do Conselho de Administração, nos seja explicado. ----------

Dada a palavra à Engenheira Alexandra Roeger foi definido o espaço temporal de 20 minutos, para se fazer uma abordagem a estas quatro questões. ----------

Alexandra Roeger agradeceu a oportunidade de poder estar aqui a conversar nesta casa, que é a AGERE com os deputados municipais e presidentes das respetivas comissões, em companhia, da Engenheira Paula Campos e o Dr. Jorge Silva, que são também membros do Conselho de Administração da Administração. ----------

Relativamente ao que a moveu para estar aqui, e no sentido de a conhecerem melhor, apresentou-se dizendo que tem cerca de 30 anos de experiência profissional e é licenciada na área do ambiente. E desde logo a área de preferência foi sempre a área do ambiente e foi nessa área que depois se especializou. Entretanto, recebeu o convite para fazer um estágio na Câmara de Esposende. Acabou por fazer lá a sua carreira de quase 30 anos na Divisão de Ambiente, e posteriormente na empresa municipal. Todo este percurso foi desenvolvido sobretudo nos domínios da água, águas residuais e gestão de resíduos. Entretanto surgiu o convite em julho do ano anterior, para poder vir para a AGERE Considerando a iminente saída do Dr. Rui Morais, esclareceu que a decisão de aceitar este desafio não foi fácil, uma vez que foram deixados para trás 30 anos de projetos em Esposende. No entanto, essa escolha foi motivada pelo respeito e amizade ao Dr. Ricardo Rio, bem como pelo projeto em si. A decisão foi tomada e, felizmente, tem-se revelado acertada, proporcionando grande satisfação neste novo desafio. O trabalho tem sido muito gratificante, sendo esta uma entidade bem gerida, com uma equipa altamente qualificada, visão de futuro inovadora e uma abordagem diversificada para questões essenciais ao município de Braga. Trata-se, portanto, de uma empresa de excelência.----------

No que diz respeito ao que pode trazer de novo, melhor ou diferente para esta instituição, o compromisso inicial foi a implementação de um projeto de um ano, até ao final do mandato. Esse período não permitirá grandes alterações, mas há dois aspetos fundamentais que guiam a sua atuação. O primeiro está relacionado com a resolução de dossiês técnicos que exigem experiência específica, destacando-se a ETAR como um dos principais focos de atuação. O segundo aspeto prende-se com a abordagem profissional, baseada na transparência, no diálogo e na serenidade, visando a resolução eficaz de problemas e a melhoria contínua do ambiente de trabalho.

Em relação à ETAR de Este, trata-se de um projeto inovador e diferenciado no contexto nacional, com múltiplos desafios administrativos e legais. A colaboração foi solicitada especialmente para concluir o processo de declaração de imprescindível utilidade pública, essencial para a obtenção da posse dos terrenos necessários. A ETAR de Este divide-se em duas componentes: o emissário e a estrutura da ETAR propriamente dita. O emissário

já se encontra pronto e as obras estão em andamento. No entanto, a propriedade dos terrenos da ETAR ainda precisa ser regularizada. O único ponto pendente é a avaliação dos terrenos, prevista para breve. Caso a negociação com os proprietários não seja bem-sucedida, será iniciado um processo de expropriação, que, dada a relevância pública da infraestrutura, será célere. Até ao momento, já foi realizado um trabalho significativo, incluindo a elaboração do caderno de encargos para a conceção, construção e impacto ambiental, enfrentando a complexidade burocrática inerente a projetos desta dimensão.

No que concerne à gestão de resíduos, o processo é complexo, pois exige a participação ativa da sociedade na separação e valorização dos materiais descartados. Um projeto-piloto foi lançado para 65.000 alojamentos, prevendo divulgação, sensibilização e entrega de equipamentos de recolha seletiva. Com a prorrogação do prazo pelo Estado até dezembro de 2025, optou-se por reajustar a estratégia para garantir uma implementação mais eficaz. Um novo concurso está em preparação, considerando as particularidades de Braga e dos demais municípios integrados no sistema multi-municipal da Braval. A estratégia adotada, inspirada em Lisboa (TRATOLIXO), prevê a recolha dos resíduos biodegradáveis em sacos específicos, utilizando os sistemas normais de recolha e encaminhando-os para tratamento biológico. A implementação será acompanhada por zonas-piloto, localizadas na área da Makro e do Parque Norte, permitindo avaliar e ajustar o projeto conforme necessário.----------

Relativamente à limpeza urbana e varredura, foi disponibilizado um documento detalhado que será entregue aos membros da Assembleia Municipal. Esse documento está associado ao contrato-programa entre a Câmara Municipal de Braga e a AGERE, especificando responsabilidades e tarefas da empresa, desde a recolha e transporte de resíduos até a limpeza urbana. O documento detalha circuitos de recolha, equipamentos utilizados e frequência de recolha para cada freguesia, garantindo maior transparência e eficiência na prestação dos serviços.----------

Este conjunto de iniciativas reforça o compromisso com a qualidade ambiental e a eficiência na gestão de serviços públicos essenciais ao município de Braga.----------

Acrescenta que foi retirada da ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal esta matéria, porque de facto houve uma proposta que foi aceite. E é por isso que temos de esmiuçar o contrato programa no sentido de explicar com uma D.R. ou seja, demonstração de resultados mais pormenorizada para se perceber exatamente os custos e como é que se chegou ao valor do contrato -programa, portanto, tem todas as parcelas que

foram determinadas para chegar a esse mesmo valor. Tem uma demonstração de resultados específica para o contrato do programa. E tem este documento que no fundo visa permitir ao município, às freguesias, aos seus presidentes de Junta e à comunidade, perceber o que é que tem que ser feito e de alguma forma também permitir um mais fácil acompanhamento e fiscalização dos trabalhos. Portanto, foi por isso que foi retirado. Foi proposta a elaboração destes dois documentos, elaborou-se os documentos, já foram enviados para que os senhores Vereadores o possam aprovar na próxima reunião de Câmara. Alexandra Roeger ressalta a transparência de todo o processo e acrescenta que se alguma coisa não estiver bem, cá estão para melhorar. Diz que é isso a sua função e o seu objetivo. Acrescenta pensar que agora os membros destas comissões possuem a informação de que necessitam e que os três temas fundamentais desta reunião eram estes e que foram desenvolvidos.----------

De seguida, foi aberto um período de perguntas e respostas. ----------

Joaquim Barbosa iniciou o debate ficando a efetuar a sua dinamização, pelo que, de seguida deu a palavra ao José Pedro Machado do Grupo de Partido Socialista da Assembleia Municipal, que é vice presidente da Comissão de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Protecção Civil. Antes de colocar as questões, José Pedro Machado desejou o maior sucesso á Engenheira Alexandra Roeger e que o mesmo fosse refletido na melhoria do serviço prestado a todos os bracarenses. No seguimento, e relativo ao processo da ETAR pergunta se após a avaliação vai ser desencadeado o processo de negociação e se não houver consenso partirão para a expropriação o que poderá complicar se forem muitos proprietários. Pergunta se são muitos ou não.----------

Alexandra Roeger responde que efetivamente são um ou dois proprietários.----------

Ainda a propósito, Pedro Machado solicita que se refiram as características que tornam a ETAR de Este, de facto, inovadora. ----------

Alexandra Roeger desenvolve particularidades da ETAR dizendo que estamos com esta nova estação de tratamento de águas residuais e que com ela, se vai conseguir distribuir melhor todo o efluente que é produzido em Braga. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que vamos conseguir que a ETAR de Frossos respire um bocadinho, passa a expressão e assim permitirá, de facto, que a própria estação de tratamento já existente também possa vir a sofrer algumas melhorias, porque já conseguiram distribuir o caudal e já conseguiram também poder fazer uma melhor manutenção do que já existe edificado. Só isso já é uma

grande *mais valia* relativamente à ETAR de Este. Em concreto, a ETAR vai estar totalmente preparada para vir a receber uma área que irá permitir o tratamento terciário e quaternário para dar cumprimento à diretiva de tratamentos emergentes que vai ser publicada e que vai obrigar a que as estações de tratamento de águas residuais façam o tratamento também daqueles chamados poluentes emergentes, nomeadamente os poluentes como químicos, medicamentos, os fitofarmacêuticos e outras coisas afins. Portanto, a ETAR já vai estar perfeitamente preparada para poder dar imediata resposta. Assim que a diretiva seja transposta e se perceba exatamente qual é o nível de obrigatoriedade que vamos ter, de imediato se aplicará, porque, regra geral, Portugal acaba por ir sempre um bocadinho mais além do que às vezes, as próprias diretivas comunitárias. Por outro lado, vamos ter uma capacidade de autoconsumo, advinda da produção de energia que irá permitir o autoconsumo o que é mais uma *mais valia* em termos de boa gestão energética. Vamos também ter a água tratada de tal forma a poder fazer a sua reutilização que também é mais uma das grandes *mais valias*. Portugal está agora a começar a aplicar a água residual tratada para outros fins, nomeadamente para regas, lavagem de contentores, etc. Portanto, no fundo estamos a falar de uma ETAR que tem estas preocupações de boa gestão de recursos, de economia circular. As próprias lamas poderão vir a sofrer um tratamento que irá permitir produzir o bioetanol. Portanto é toda uma panóplia de *mais valias* que vão acontecer. ----------

João Baptista intervém dizendo que é um prazer estarmos aqui a ouvir e a perceber o entusiasmo com que se preparam os novos desafios para Braga e pergunta se se vai existir financiamento e se a fonte do mesmo é PRR. Alexandra Roeger afirma que vai haver um financiamento e, segundo o Ministério do Ambiente rondará 10 milhões para uma obra que custará 21 milhões, prevendo-se um valor total 30 milhões com a operação. ---------

João Baptista acrescenta que a Braval, sendo uma empresa que opera em vários concelhos aqui da região, vai receber mais toneladas de bioresiduos na Serra do Carvalho. Pergunta se o equipamento existente está preparado para receber mais essa enorme quantidade.-

Alexandra Roeger responde que, como já tinha referido, a Braval também, vai ter que sofrer agora um período de algum investimento. Efetivamente houve uma fase em que também existiu alguma indefinição de quais as estratégias que iriam ser adoptadas e tal facto impôs, alguma indefinição do que seria a metodologia para a separação e para a entrega dos resíduos. Portanto, neste momento, estaão à espera que sejam publicados avisos para se poder fazer algum trabalho adicional de requalificação de algum do

equipamento já existente. Vão ter concerteza que implementar a capacidade para fazer o tratamento e a valorização destes resíduos. Diz também foi feito um diagnóstico muito profundo sob o ponto de vista dos equipamentos, do estado, e da manutenção das estratégias de gestão da Braval. Têm agora um plano de trabalhos que vão começar a implementar, o que vai permitir de facto verificar que vai haver uma fase de mais investimentos, nomeadamente em camiões, nas infraestruturas, numa nova estação de tratamento de águas ou uma melhoria. ----------

Sobre a previsão de que iria haver uma portaria de extinção da Braval e uma portaria de criação de nova Braval, passando de um sistema multi-municipal para um sistema intermunicipal colocada a questão por João Nogueira, foi obtido o esclarecimento pela Engenheira Alexandra Roeger de que, neste momento se aguarda sem poder adiantar datas em concreto. Aguarda-se a entrega por parte do Gabinete de Advogados Correia Fernandes de toda a documentação que vai permitir de facto transformar o sistema multi municipal em sistema intermunicipal. A par disso, estão também com uma empresa a terminar a avaliação de ativos que é necessário também para todo este processo. Adianta que na passada semana, na Braval, foram estabelecidos contactos quer com Correia Fernandes, quer com Lacrau, que são as duas empresas que estão a prestar serviços para se marcarem reuniões de trabalho para esta semana. No seu programa de gestão tem previsto em final de março terem estes processos resolvidos. No entanto, não sabe se isso vai ser possível ou não.----------

Bruno Machado interpelou a Presidente do Conselho de Conselho de Administração da AGERE sobre a DEUP - Declaração de utilidade pública da expropriação solicitando que fosse explicado em que ponto se encontra este processo, nomeadamente o que pode configurar a expropriação e se esta se vai cingir à área em que a ETAR se vai instalar ou se vai ter uma abrangência maior, porque ele está inserido numa unidade operativa de gestão que envolve todo o resto à volta da ETAR. Quer perceber como é que vai avançar: se vai ser só expropriada a parte da área da ETAR ou se vai ser alargado o seu perímetro? Como se falou também da cogeração que implica a produção de dois tipos de energia, pretende perceber que sistema é esse que se vai instalar.----------

Para a interpelada, todo o processo está pronto. Só falta enviar o título de propriedade. E, ao enviar o título de propriedade à senhora ministra, fica tudo pronto, só falta mesmo o título de propriedade.----------

Aquele tipo de infra-estrutura obriga a um processo e um estudo de avaliação do impacto ambiental. O estudo de impacto ambiental de alguma forma demonstra quais são as eventuais fragilidades que têm que ser menorizadas ou que têm que ser colmatadas. E aí é feita uma proposta de medidas compensatórias. O documento, que depois é apreciado por várias entidades, implica que, ao aprová-lo, permite-se a emissão da Declaração de Impacto Ambiental e depois de estar tudo pronto e tudo aprovado pelas entidades competentes então, é emitida a declaração por parte do Estado.----------

A suceder a expropriação vai ter que ter em conta não só o espaço físico da Estação de Tratamento de Águas Residuais, mas também vai ter que deixar espaço para implementação das medidas compensatórias, se for necessário, tratamentos adicionais dependendo da ARU. Ou seja, não se vai se restringir ao espaço da ETAR. Relativamente aos resíduos, efetivamente, vai começar a ser feito o programa "porta a porta" o mais rapidamente possível. Todo o sistema já está implementado porque são os mesmos camiões e são os mesmos contentores que estão no fundo subjacentes a esta metodologia de recolha seletiva. Logo que termine o programa e depois das pessoas receberem a formação, sensibilização e os sacos para fazerem a recolha, o sistema vai ser implementado, sendo certo que até final de dezembro de 2025 tudo tem que estar pronto.

A Engenheira Paula Campos esclareceu que, em termos do processo de digestão anaeróbia, este dá origem à produção de biogás, que é metano e CO2. Esse biogás através da cogeração transforma a energia elétrica que é injetada na rede.----------

Ela produz metano e o CO2 produz esses dois gases e que formam o gás natural. Um biogás que, através de processos de cogeração, é transformado em energia elétrica.-------

Tiago Teixeira faz uma pequena cronologia sobre a ETAR, nos termos: em 2015 começamos a falar da ETAR. Em 2017 temos o Estudo de Impacto Ambiental em maio, depois temos algumas notícias ao longo dos anos tais como: em Abril de 2021 dizia-se "Nova ETAR de Braga começa a funcionar em 2023"; há um concurso público internacional em janeiro de 2022 a uma nova ETAR de Este, adjudicada por 29 milhões € em agosto de 2022. A 8 de Janeiro de 2025, deste ano, foi lançada a primeira pedra e depois os terrenos não são nossos e acha que isto, mais do que qualquer outra coisa, passa uma péssima imagem e nada disto nos foi falado. Nunca isto nos foi dito e já tivemos várias reuniões, aqui, várias vezes, com estas comissões. Nunca nos foi referido que os terrenos não eram propriedade de quem ia lá construir e, portanto, isto tudo é muito estranho, por muito simples que seja. Agora é muito simples expropriar ou comprar, ou o

que quer que seja. Além de tudo isto, considera que há duas questões que têm que ser aqui muito bem esclarecidas. A primeira relativamente aos terrenos da nova ETAR, quais são as questões que se colocam quanto aos terrenos e de que forma a nível económico isto pode afetar o projeto? Ou seja, quanto é que nos vai custar esta brincadeira? Em segundo lugar, quanto é que isto vai custar aos cofres de quem vai comprar os terrenos.

A outra questão que pretende colocar é sobre a existência de sérias limitações operacionais ou seja, de que forma é que também se pode serenar as populações que estas não vão continuar a ser afetadas, quer pelos cheiros, quer por tudo o que causa. Não é porque vemos muitas vezes o Rio Torto também a sofrer com este tipo de situações, porque as águas não são devidamente tratadas, acabam por verter para o rio e está tudo devidamente fundamentado. Nada é novo relativamente aos resíduos, os resíduos é uma preocupação também bastante grande da parte do PAN, porque o regime geral de gestão de resíduos obviamente foi sendo adiado. A primeira data do anúncio de que ia ser implementada foi em junho de 2021. Viveu-se a pandemia, adiámos dois anos e depois fomos continuando a adiar. Mas já nos foi dito aqui várias vezes que o projeto piloto estava a andar bem e estava com bons resultados. E tudo isso nunca chegou a nenhum relatório. Isso também é importante dizer sobre este projeto piloto nestas duas áreas e acha que seria importante. Por outro lado, aquilo que sempre nos foi referido e o que nos foi chegando, é que existia 1 milhão € para investir em comunicação, porque de facto é uma mudança cultural que vamos assistir e é a parte mais importante de tudo isto. Se a população não contribuir também, se não for ensinada, obviamente não irá contribuir. Mas se não contribuir, todo o valor que nós vamos despender aqui será em vão. Não sabe se estes valores de comunicação se mantêm e se o projeto será aquele que nos foi apresentado, já por três vezes aqui, que nunca foi implementado, que era a tal comunicação, "porta a porta" ou fosse através de comunicação por via de telefone. Posto isto, nós temos até realmente mais uns meses para executar. Mas pergunta se existe de facto da parte da AGERE uma consciência de que será possível implementar ou não até ao final do ano este sistema de gestão de resíduos.----------

Em resposta, foi dito que o sistema de gestão de resíduos vai ser implementado durante este ano e que é em termos de sensibilização que se vai investir para a sua melhor concretização. Relativamente à questão da ETAR, esclareceu que temos que esperar pelas avaliações e só nessa altura é que teremos informação adequada de qual é o valor que está em causa para os terrenos da ETAR. Para além daquilo que já se disse, é que só estamos

mesmo à espera da avaliação que se vai negociar na próxima semana com o proprietário ou os proprietários e que, não correndo bem, irão partir para a expropriação. Acescentou que o emissário já está em construção, que o próprio empreiteiro já sabe que está a todo o momento disponível para começar a intervenção. Portanto, está tudo a andar e as coisas vão ser feitas e vai ser a curto prazo.----------

Catarina Ribeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista, começa por desejar à Senhora Presidente do Conselho de Conselho de Administração da AGERE todos os sucessos nesta nova função que ocupa pois, os seus sucessos, são os sucessos de Braga, dos bracarenses, do ambiente em Braga e da sustentabilidade ambiental. E quem conhece o seu cunho naquilo que é a sustentabilidade ambiental do município de Esposende só pode ficar muito satisfeito e bastante feliz, desde logo por assistir à lufada de ar fresco que é a sua serenidade entusiasmada na apresentação destes conceitos. Coloca duas questões: qual é o horizonte de o prazo de execução da ETAR do emissário depois do processo da aquisição dos terrenos estar concluído e pergunta sobre o contrato programa ao nível da higiene urbana. Essa questão foi uma questão muito debatida em sede da Assembleia Municipal e julga que até foi votada uma recomendação à Câmara no sentido de que a Câmara fizesse efetivamente uma pressão para que a higiene urbana e os meios mecanizados fossem dispersos pelas freguesias. A sua pergunta vai no sentido de perceber se esse contrato programa foi sujeito a uma espécie de validação pelos seus presidentes de junta e pelas freguesias, ou se depois de ser apresentado, ele ainda estará aberto àquilo que são as necessidades e as reivindicações dos senhores Presidentes de Junta.----------

Em resposta foi referido que já se passou o período de 18 meses relativamente ao contrato programa, já foram realizadas algumas reuniões com as Juntas de Freguesia aqui neste espaço e falou-se com outras juntas ou presidentes de junta que pontualmente colocaram algumas questões. A equipa técnica da AGERE tem vindo a falar com os Senhores Presidentes de Junta por causa da questão da varredura nalgumas uniões de freguesias. Portanto este processo foi um processo que já foi trabalhado, mas que poderá ainda não estar fechado. Esse documento vai ser colocado à aprovação amanhã na reunião de Câmara e depois, se houver ajustes a fazer, irão ser feitos. As varreduras mecânicas são quatro e uma já foi entregue. As outras três serão entregues até ao final de fevereiro. Vão definir qual é o melhor local para colocar e para fazer o seu abastecimento, porque são eléctricas. Portanto, isto é um processo que está a decorrer, mas até ao final de fevereiro a equipa tem o *deadline* que tem que estar as varreduras nas freguesias. De resto, têm aqui

algumas estratégias que poderão vir sempre a melhorar. Mas isto é como tudo, é um programa para 2025. O que tiverem que melhorar, devem melhorar para 2026 e continuar sempre na senda da melhoria. Melhoria contínua tem que ser uma preocupação.----------

Pedro Macedo questiona se a fatura electrónica não poderia ser implementada para promover uma poupança económica. E, seria bem pensado se se efetuasse um desconto como fazem muitas outras empresas desse género como a EDP, que fazem um desconto para as pessoas que aderem à fatura electrónica. Na realidade, o custo que isso tem para a própria empresa Municipal é relativamente elevado e, portanto, deixa essa sugestão. Não é uma pergunta, mas sim uma sugestão. ----------

Considera a sensibilização no âmbito do programa "porta a porta" não ser rentável, ou seja, aquilo que nós iríamos considerar um bem para a natureza, se calhar era gasto na resolução do problema. A recolha parece ser recomendada através de contratualização com os sacos. A pergunta é se esses sacos, que tinham uma determinado tamanho de dez litros de seis litros ou cinco litros ou sete litros vão ser adequados por exemplo, para quem corta a relva do jardim, porque na realidade não deixam de ser resíduos e têm uma dimensão considerável. ----------

Outras participações ocorreram e foi possível perceber que existe uma preocupação com a obrigatoriedade de uma declaração ambiental de performance dos produtos, nomeadamente produzidos em polímeros, em plásticos e portanto, as empresas estão a ser obrigadas a utilizar matéria reciclada na constituição dos seus produtos.

Em resposta, Alexandra Roeger, disse que a AGERE já está envolvida num processo de que visa a certificação de compras sustentáveis e que todos os seus processos de concurso obrigam que os contentores que compram tenham 10% de incorporação de materiais recicláveis.----------

Em jeito de conclusão, João Nogueira relevou o papel dos presentes, enquanto eleitos e membros da Assembleia Municipal, que é acompanhar naturalmente a atividade das Empresas Municipais. Neste caso, do universo empresarial e, no caso vertente da AGERE. E isso capacita-nos para se poder, de forma mais séria, mais responsável e mais qualificada, participar no debate que nunca se esgota. E o que nós assistimos aqui hoje foi efetivamente a uma forma de estar que não dirá que é concorrencial, eu nem adjetiva se terá mais mérito ou não, mas diferente daquela que era anteriormente feita pelo anterior administrador, a quem nós desejámos naturalmente os maiores sucessos e que também

trabalhou muito nesta Casa em prol quer da empresa quer do município. Mas a verdade é que a forma muito sintética, muito aberta, mas sobretudo muito séria, assumidamente e para nós também muito mais simples até a colocação de questões. Muitas vezes, quando começamos a enviar uma resposta ou uma pergunta, enfim, que pode trazer alguma questão mais complicada, leva-nos a que nós não saibamos algumas coisas e o que nós hoje e já o sabíamos antes, é que, apesar de inúmeras reuniões que nós fizemos nesta casa, havia algumas coisas que nós ainda desconhecíamos e, portanto, fomos confrontados com elas. Naturalmente temos papéis diferentes enquanto membros, mas sempre no mesmo sentido. E, portanto, agradece-lhe sinceramente, porque acha que respondeu de forma responsável, aberta e franca. Algumas questões são estruturantes para o Concelho de Braga que naturalmente, nós temos vindo a perseguir. Como disse há pouco, o Tiago Teixeira, desde 2015. É sobretudo para quem tem estado nesta(s) comissão(ões), como é o seu caso, que efetivamente é verdade. Há assuntos que têm vindo a suceder-se de forma continuada e que nós esperemos que efetivamente, porque é essa a nossa intenção, que se possam completar e com isso acabe por ganhar o ambiente e acabem por ganhar também os nossos concidadãos. Portanto, agradece à Senhora Administradora, a forma qualificada como respondeu às nossas questões, a informação que nos deu e também aos dois outros Administradores que a acompanharam como sejam, a Engenheira Paula Campos e ao Dr. João Silva.----------

Joaquim Barbosa em seu nome e em nome da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil agradece também a disponibilidade da Eng. Alexandra Roeger e dos administrado que a acompanham.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelo Presidente da Comissão, Joaquim Barbosa e pela Secretária, Pilar Teixeira.----------

O Presidente,----------

A Secretária,----------